



ATA 2141ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

1 Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte, às nove horas e trinta
2 minutos, realizou-se a segunda milésima centésima quadragésima primeira reunião
3 Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região.
4 Considerando ao estado de pandemia declarado pela Organização Mundial da
5 Saúde, em 11 de março de 2020, as restrições impostas pelo Governo do
6 Município de São Paulo, que decretou situação de emergência na cidade por meio
7 do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, o Decreto nº 64.881, de 22 de
8 março de 2020, que decreta quarentena no Estado de São Paulo e o Decreto nº
9 64.946, de 17 de abril de 2020, que prorroga a quarentena no Estado de São Paulo
10 até 10 de maio de 2020 e, finalmente, as Portarias CRP SP nº 06/2020, 07/2020,
11 08/2020 e 12/2020 que estabelecem o Plano de Contingência com medidas de
12 prevenção ao contágio de pessoas pelo Coronavírus – COVID-19, em todas as
13 dependências do Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, esta Plenária é
14 realizada por meio de videoconferência, utilizando a plataforma Zoom. Participaram
15 25 (vinte e cinco) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir
16 indicadas/os: Ana Paula Hachich de Souza, Annie Louise Saboya Prado, Beatriz
17 Borges Brambilla, Clarissa Moreira Pereira, Edgar Rodrigues, Eduardo de Menezes
18 Pedroso, Emanuela Priscila Toledo Arruda, Ione Aparecida Xavier, Ivani Francisco
19 de Oliveira, Jumara Sílvia Van De Velde, Lauren Mariana Mennocchi, Lilian Suzuki,
20 Luciane de Almeida Jabur, Maria da Glória Calado, Maria Mercedes Whitaker Kehl
21 Vieira Bicudo Guarnieri, Maria Rozineti Gonçalves, Mônica Cintrão França Ribeiro,
22 Monica Marques dos Santos, Murilo Centrone Ferreira, Raizel Rechtman, Rita de
23 Cássia Oliveira Assunção, Rodrigo Toledo, Sarah Faria Abrão Teixeira, Talita
24 Fabiano de Carvalho e Tatiane Rosa da Silva. Também participaram Juliana
25 Cristina Bessa, representante da Comissão Gestora da Subsede de Assis e Julio
26 Cesar Rodrigues Segato, representante da Comissão Gestora da Subsede de
27 Sorocaba. **PRIORIZAÇÃO DA PAUTA** – Beatriz Borges Brambilla relata que há
28 uma pauta bastante extensa. A sugestão da Diretoria é que iniciem pelos pontos
29 administrativos: Aprovação de Ata; Apreciação de Processos Pessoas Física e
30 Jurídica; Apreciação de Título de Especialista e Calendário de Reuniões. Na
31 sequência, os pontos Tesouraria, Comunicação e o Informe sobre os 5 (cinco)

Eixos. Questiona se alguém entende que algum outro ponto deve ser priorizado. Recorda que esta plenária terá duração de cerca de 3 (três) horas. Raizel Rechtman relata que podem ser agendadas outras reuniões para tratar sobre assuntos que não forem discutidos nesta plenária por falta de tempo. Maria da Glória Calado questiona se discutirão sobre plenárias éticas nesta plenária. Relata que ontem, 24 de abril, realizam a primeira plenária ética on-line. Porém, estão com muitas demandas, também provenientes de outros trabalhos e que, ainda, não há reembolso de despesas quando realizam as atividades à distância. Beatriz Brambilla relata que discutirão o Calendário de Reuniões, que tem relação com as plenárias éticas. Mas que a discussão das questões da Comissão de Ética seria posterior. Entende que a discussão sobre o Calendário envolve uma discussão política sobre o que vem sendo realizado. Assim, propõe que o Calendário não seja discutido junto com as demais questões administrativas. **I) APROVAÇÃO DAS ATAS DAS PLENÁRIAS ORDINÁRIAS 2116 (07/12/2019), 2122 (18/01/2020) E 2126 (15/02/2020)** – Raizel Rechtman submete ao plenário as atas das Plenárias 2116 (07/12/2019), 2122 (18/01/2020) e 2126 (15/02/2020) para aprovação do plenário. As minutas já foram encaminhadas previamente para leitura de todas/os. **Encaminhamento:** O plenário aprova as atas das 2116^a, 2122^a e 2126^a Plenárias Ordinárias sem alterações. **II) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – Raizel Rechtman submete ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP. Beatriz Borges Brambilla questiona se entre os processos encaminhados para apreciação do plenário, já constam aqueles executados de forma *on-line*. Relata que já estão dando andamento a pedidos de inscrição realizados de maneira *on-line*. Raizel Rechtman informa que compartilharão com o plenário posteriormente os dados de inscrições online. **Encaminhamento:** Foram homologados os seguintes processos: Pessoa Física – 700 (setecentas) novas inscrições, 01 (uma) suspensão por desistência, 232 (duzentos e trinta e dois) cancelamentos a pedido, 05 (cinco) cancelamentos por óbito, 01 (uma) transferência e 01 (um) cancelamento por não apresentação do diploma. Pessoa Jurídica – 59 (cinquenta e nove) registros e 02 (dois) cancelamentos. Total geral dos processos analisados: 1001 (hum mil e um processos), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **III)**

APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA – Beatriz Borges Brambilla informa que não foi possível efetuar o levantamento das informações, conforme informação da PAT Rafaela Abreu, responsável pelo envio dos dados à Plenária. A informação da PAT Rafaela Abreu é de que enquanto as atividades presenciais do CRP SP estiverem suspensas não haverá análise de Título de Especialista, por se tratar de análise de documentação física, informando, ainda, que o CFP e o Instituto Quadrix também suspenderam temporariamente as atividades do XII Concurso de Provas e Títulos. Beatriz Brambilla pondera que, na linha de disponibilizar todos os serviços na modalidade on-line, caso essa seja uma demanda, ou seja, estejam recebendo solicitações de concessão de título de especialista, podem fazer gestão junto ao CFP, informando que o CRP SP já possui a ferramenta para recebimento da documentação on-line.

Encaminhamento: Pede-se que a CATE – Comissão de Análise para Concessão de Título de Especialista que verifique a quantidade de solicitações de concessão de títulos recebidas, para que possam avaliar se o processo de análise deverá ser feito na modalidade on-line, fazendo a devida articulação com o Conselho Federal de Psicologia. **IV) RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES E OUTRAS** – Ivani Francisco de Oliveira apresenta a proposta de

recomposição das Comissões Gestoras e Permanentes. **Encaminhamento:** O plenário aprova em bloco as seguintes recomposições: **Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)** – Exclusão da membra Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192). **Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas (CDHPP)** – Inclusão de Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192) como membra. **V)**

REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL E ENTIDADES -

5.1) Conselho Penitenciário - Sarah Faria Abrão Teixeira apresenta dúvida quanto a representação para o Conselho Penitenciário aprovada na última plenária. Foi aprovado o nome da colaboradora Maria Orlene Daré. Porém, a mesma não sabia que tinha sido indicada para compor esse espaço. Havia entendido que se tratava de uma indicação da CDHPP. Porém, ficou em dúvida. Assim, questiona como se deu a indicação. Considerações do plenário: 1) Maria da Glória Calado informa que a CDHPP não fez a indicação e, caso tivesse feito, teria dialogado com a colaboradora antes da indicação ao plenário. Ainda, que ela própria também foi

aprovada como representante, mas também não sabia da indicação. Há algumas questões em relação à participação nesse espaço. 2) Beatriz Brambilla relata que a Diretoria também não foi responsável pela indicação, uma vez que é contrária a composição do CRP SP naquele espaço. No entanto, compreendeu que se tratava de um posicionamento do plenário de manutenção dessa representação. Necessário verificar se já foi encaminhado Ofício formalizando essa representação.

3) Maria da Glória Calado informa que, caso já tenha sido encaminhado o Ofício, devem manter a representação, mas articular como será a participação nesse espaço. **Encaminhamento:** Será verificado de que modo se deu a indicação de representantes do CRP SP no Conselho Penitenciário, para que seja possível dialogar com a pessoa que fez a indicação.

VI) CRIAÇÃO DOS NÚCLEOS TEMÁTICOS DAS SUBSEDES – Beatriz Borges Brambilla submete ao plenário as solicitações das subsedes para criação dos Núcleos Temáticos: Ribeirão Preto – Núcleo de Psicologia Escolar; Núcleo Corpo, Sexualidade e Gênero; Núcleo POT – Psicologia Organizacional e Trabalho, Núcleo de Relações Raciais; Núcleo Saúde Mental, Núcleo de Esporte, Núcleo PCD, Núcleo Psicologia e Primeira Infância.

Considerações do plenário: 1) Emanoela Priscila Toledo Arruda comenta sobre a formação dos núcleos temáticos da Subsede Ribeirão Preto, que se deu a partir do planejamento estratégico da subsede. 2) Ana Paula Hachich preocupa-se com a criação de Núcleo sobre primeira infância, porque dialoga com os posicionamentos do governo atual de compartimentalizar as fases da infância, e dando mais atenção à chamada primeira infância, indo em um caminho contrário do que preconiza do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, de crianças e adolescentes serem sujeitos de direitos, de proteção absoluta e prioridade integral. É importante tomar cuidado com o rumo de discussão desse Núcleo. 3) Emanoela Priscila Toledo Arruda explica que a proposta é exatamente de pensar outras formas de propor o debate sobre a infância. As pessoas que estão indicadas para compor o Núcleo são alinhadas aos posicionamentos da gestão. Além disso, a Comissão Gestora irá acompanhar proximamente o início do trabalho dos núcleos formados. 4) Beatriz Brambilla pondera que a Psicologia tem produzido pouco acerca de crianças de 0 a 3 anos. Entende o colocado por Ana Hachich, mas há muito financiamento voltado a projetos sobre a primeira infância e é importante entender o que tem sido

proposto em relação a isso. Assim, compreende que o Núcleo atuará com uma perspectiva crítica em relação às políticas públicas voltadas à primeira infância.

Encaminhamento: Aprova-se assim, a criação dos seguintes Núcleos Temáticos de Subsedes: Subsede de Campinas – 1) Núcleo de Coordenadoras de Cursos de

Psicologia – Coordenadora: Juliana dos Santos Corbett (CRP 06/68596). Subsede

de Ribeirão Preto – 1) Núcleo de Psicologia Escolar – Coordenador: Gustavo

Pimenta Murayama (CRP 06/156210) e Colaboradoras/es: Guilherme Beraldo

Cesário (CRP 06/138041), Leidiane Martinez S. Macedo (CRP 06/137147), Leticia

Molina (CRP 06/124262), Michelle de Oliveira Fiacadori (CRP 06/156954), Nathalia

Argolo Campos Ribeiro (CRP 06/152419), Raquel Messi Falcoski (CRP 06/78330)

e Victor Henrique Pedroso (CRP 06/151360). 2) Núcleo Corpo, Sexualidade e

Gênero – Coordenadora: Rafaela Beraldo Modé (CRP 06/142235) e

Colaboradoras/es: Ana Cristina Nassif Soares (CRP 06/25795), Chalise Maris

Martin Reges (CRP 06/151189), Gustavo Pimenta Murayama (CRP 06/156210),

Isabella de Sousa Torres (CRP 06/151624), Izabela Motta Pinto (CRP 06/155026),

Juliana Cintra Proença (CRP 06/109021), Karla Santos Toniolo (CRP 06/152109),

Laísa Francielle Mariano Ramazzotto (CRP 06/148548), Letícia Franco de Souza

(CRP 06/104398), Pamela Perina Braz Sola (CRP 06/159289) e Silvana Guarnieri

(CRP 06/97079). 3) Núcleo Psicologia Organizacional e Trabalho (POT) –

Coordenadora: Ana Paula Resende Augusto (CRP 06/71574) e Colaboradoras/es:

Emanoela Priscila Toledo Arruda (CRP 06/107551), Rafaela Beraldo Modé (CRP

06/142235) e Thais Cristina Nunes Alves (CRP 06/118923). 4) Núcleo de Relações

Raciais – Coordenador: Breno César de Almeida da Silva (CRP 06/140135) e

Colaboradoras/es: Adriana Moreira Alves (CRP 000770-IS), Ana Carolina S.

Oliveira (CRP 06/152079) e Maria Fernanda Garcia de Almeida (CRP 06/143661).

5) Núcleo Saúde Mental – Coordenadora: Isadora Bettarello (CRP 06/125124) e

Colaboradoras/es: Angélica de Fátima da Silva (CRP 06/107921), Chalise Maris

Martin Reges (CRP 06/151189), Leticia Franco de Souza (CRP 06/104398), Marina

Yumi Murayama (CRP 06/140410) e Monique Maritan Theodoro Ferreira (CRP

06/152420). 6) Núcleo de Esporte - Coordenadora: Letícia Molina Rodrigues (CRP

06/124262) e Colaboradoras/es: Manoella Fiochi Marques (CRP 06/137950),

Mateus Archangelo do Carmo (CRP 06/152407), Ricardo Marinho de Mello de

160 Picolli (CRP 06/109478) e Rodrigo Lourenço Salomão (CRP 06/115685). 7) Núcleo
161 PCD – Coordenadora: Emanoela Priscila Toledo Arruda (CRP 06/107551) e
162 Colaboradoras/es: Júlia Cintra Faria (CRP 06/135115), Luciana Stoppa dos Santos
163 (CRP 06/78466), Luísa Teixeira Valarelli (CRP 06/137485), Thauani Braga da
164 Costa (CRP 06/151449) e Verônica Catharin (CRP 06/145706). 8) Núcleo
165 Psicologia e Primeira Infância – Coordenador: Dario Henrique Teófilo Schezzi (CRP
166 06/69246) e Colaboradoras/es: Beatriz Marques de Mattos (CRP 06/108613),
167 Marisley Villas Bôas Soares (CRP 06/63094) e Rosária Fernanda Magrin Saullo
168 (CRP 06/102814). **VII) TESOURARIA** – Rodrigo Toledo explica que apresentará
169 um estudo prévio que realizaram sobre o atual momento que estão vivendo.
170 Precisarão lidar com esse cenário em relação à arrecadação e aos custos. O saldo
171 bancário, em 14/04/2020 era de R\$ 27.245.921,00 (vinte e sete milhões, duzentos
172 e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e um reais), sendo que desses, R\$
173 15.500.000 (quinze milhões e quinhentos mil reais) estão reservados para compra
174 de imóvel, conforme definido em Assembleia. Assim, o valor disponível para
175 custeio das despesas, o saldo operacional, é de R\$11.745.951,00 (onze milhões,
176 setecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e um reais). O saldo
177 disponível equivale a aproximadamente 47% dos boletos emitidos para as
178 anuidades de 2020. Explica que nas semanas anteriores foi tomada uma decisão
179 no Sistema Conselhos de prorrogação do vencimento dos boletos de anuidades do
180 ano. Assim, a parcela única cujo vencimento original seria em 30 de março, foi
181 prorrogado para 30 de junho; já no de parcelamento, as parcelas 3, 4 e 5, com
182 vencimentos em março, abril e maio, foram prorrogadas para julho, agosto e
183 setembro, respectivamente. A expectativa de arrecadação era de um valor maior
184 até 30 de março, com os pagamentos de parcela única e das três primeiras
185 parcelas do parcelamento. Mas, ainda tinham alguns valores a receber nos meses
186 de abril e maio. Com a prorrogação, a expectativa de arrecadação deslocou-se
187 mais para frente. Fizeram a separação, então, em grandes categorias de gastos
188 fixos nos meses de janeiro, fevereiro e março: Pessoal civil – janeiro – R\$
189 1.376.082,38 (um milhão, trezentos e setenta e seis mil, oitenta e dois reais e trinta
190 e oito centavos); fevereiro – R\$ 1.318.672,66 (um milhão, trezentos e dezoito mil,
191 seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos); março – R\$

1.275.692,98 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos). Serviços Temporários – janeiro – R\$ 258.236,94 (duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos); fevereiro – R\$ 239.625,28 (duzentos e trinta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos); março – R\$ 243.359,00 (duzentos e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e nove reais). Serviços de assessoria – janeiro - R\$ 53.947,03 (cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e sete reais e três centavos); fevereiro – R\$ 55.084,46 (cinquenta e cinco mil, oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos); março - R\$ 52.466,47 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e sete centavos). Material de consumo – janeiro – R\$ 44.222,33 (quarenta e quatro mil, duzentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos); fevereiro - 65.904,12 (sessenta e cinco mil, novecentos e quatro reais e doze centavos); março – R\$ 27.293,50 (vinte e sete mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta centavos). Apoio funcional – janeiro - R\$ 211.897,83 (duzentos e onze mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos); fevereiro – R\$ 315.798,79 (trezentos e quinze mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos); março - R\$ 311.028,16 (trezentos e onze mil, vinte e oito reais e dezesseis centavos). Assim, o total dos gastos fixos ficou em: janeiro – 1.944.386,51 (um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos); fevereiro – R\$ 1.995.040,31 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil e quarenta reais e trinta e um centavos); março – R\$ 1.909.840,11 (um milhão, novecentos e nove mil, oitocentos e quarenta reais e onze centavos). Explica que pessoal civil se refere à folha de pagamento e benefícios de trabalhadores e os respectivos encargos; em serviços temporários está incluso os gastos com trabalhadores terceirizados, estagiários e jovens aprendizes; serviços de assessoria, que incluem a assessoria jurídica e de informática, com os sistemas utilizados pelo CRP SP; material de consumo são os materiais de expediente, como as máquinas impressoras; e, apoio funcional são os gastos com locação, energia elétrica, internet, postagem, limpeza, internet e outros. Também fizeram levantamento dos custos variáveis, chamados de ações políticas e de comunicação e ajudas de custo/ hospedagem/ deslocamento. Ações

224 Políticas/Comunicação – janeiro – R\$ 25.610,00 (vinte cinco mil, seiscentos e dez
225 reais); fevereiro – R\$ 104.946,85 (cento e quatro mil, novecentos e quarenta e seis
226 reais e oitenta e cinco centavos); e, março – R\$ 14.144,56 (quatorze mil, cento e
227 quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos). Ajuda de custo/ hospedagem
228 – janeiro – R\$ 19.603,29 (dezenove mil, seiscentos e três reais e vinte e nove
229 centavos); fevereiro – R\$ 80.720,07 (oitenta mil, setecentos e vinte reais e sete
230 centavos). Ressalta que esses custos são diretamente relacionados com as ações
231 que vão sendo realizadas. Explica que dentro de Ações políticas/Comunicação
232 estão contempladas as seguintes ações: confecção de livros/ jornal, serviços de
233 publicação de edital, produção de cartazes, folderes, outdoors e gráficos, locação
234 de espaço e consultoria para planejamento (Flacso). Relata que o custo variável do
235 período foi menor que o histórico do CRP SP; não houve publicação do Jornal Psi
236 e, desde 16 de março de 2020 estão realizando a maioria das atividades de forma
237 remota, não gerando ajudas de custo. A média do custo variável e fixo dos últimos
238 três meses foi de R\$ 2.050.585,72 (dois milhões, cinquenta mil, quinhentos e
239 oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos). A partir disso, realizaram uma
240 projeção de custos para os próximos meses, sem considerar dissídio, 13º salário e
241 outros custos variáveis (ações políticas). Mas, a comparação com 2019 fica
242 impossibilitada, uma vez que o ano de 2019 foi atípico, por ser de eleições, e os
243 primeiros meses do ano coincidem com a realização dos Pré-congressos, portanto,
244 o valor gasto com ações políticas será muito maior. Com isso, o saldo atual em
245 banco possibilita o pagamento das atividades do CRP SP até o mês de agosto
246 de 2020 e com saldo para o mês de setembro. Para custear todo o ano de 2020, de
247 acordo com essa projeção, é necessária a arrecadação de R\$6.709.320,48 (seis
248 milhões, setecentos e nove mil, trezentos e vinte reais e quarenta e oito centavos).
249 Informes: 1) Comenta que o COAFI Diógenes Pepe está organizando junto com a
250 área Financeira e com as/os trabalhadoras/es administrativas/os das subsedes a
251 realização dos pagamentos de contas das subsedes, fazendo análise das contas
252 que podem entrar em débito automático. 2) Indica a necessidade de realizar uma
253 análise estratégica, assim, a possível contratação de assessoria para esse fim. 3)
254 Estão em diálogo com o CFP e o grupo de Tesoureiros do Sistema Conselhos,
255 para acompanhar o cenário nacional. 4) Falta finalizar a Prestação de Contas. A

expectativa é que seja apresentada em Plenária no mês de maio. Considerações do plenário: 1) Beatriz Borges Brambilla pontua que esses dados estão sendo trazidos a fim de que possam pensar sobre como conduzirão. Estavam sendo pensadas contratações, que precisarão avaliar; também se continuarão realizando ações políticas. 2) Rodrigo Toledo complementa que ainda não sabem como será a arrecadação, diante do cenário de pandemia, que pode trazer impactos. Vem dialogando com a tesoureira do CFP, Norma Celiane Cosmo e sugeriu a realização de uma reunião nacional do Sistema Conselhos a respeito de arrecadação. Sobre essas questões, pois há questões que precisam definir, como a recobrança de anos anteriores e a inscrição dos inadimplentes na dívida ativa. Trata-se de um imposto e não podem renunciá-lo. 3) Mônica Cintrão França Ribeiro pontua que a prorrogação pode ter dado a impressão que as pessoas não teriam acesso ao boleto até próximo ao seu vencimento, ou seja, não teriam como já realizar o pagamento. Talvez fosse interessante de alguma forma divulgar essa questão. 4) Rodrigo Toledo teme pela divulgação dessa informação, pois pode soar como cobrança, sendo que há um grupo de psicólogos/os que está questionando o pagamento de anuidades. Também há projetos de lei na Câmara dos Deputados que também vai na direção da anistia das anuidades. 5) Luana Alves Sampaio Cruz Bottini entende que nessa fase que estão organizando a forma de trabalhar, se estão vendo prós e contras e se não há uma nova forma de trabalhar que impacte nos custos. Cita como exemplo a compra de um novo prédio para a sede, qual seria o espaço realmente necessário, considerando as tecnologias e a possibilidade de comunicação e trabalho à distância. 6) Rodrigo Toledo pontua que se trata de questões importantes, que podem abrir a possibilidade de avançarem na aquisição de um novo imóvel. Historicamente se pensava em uma configuração de espaço, mas essas questões trazem essa reflexão. Talvez precisem olhar de forma mais conservadora para os custos fixos, ou seja, de forma mais planejada. 7) Ione Aparecida Xavier questiona se há previsão orçamentária da arrecadação desses boletos ainda a serem pagos. Ainda, relata a importância de que o Conselho se coloque próximo à categoria, mostrando as ações de que tem realizado. 8) Diógenes Pepe relata que a arrecadação de anuidades prevista é de R\$ 49.610.000,00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e dez mil reais) e, até o

288 momento, arrecadara R\$ 23.109.000,00 (vinte e três milhões, cento e nove mil
289 reais). Recorda que se trata de valores brutos, pois, desses, 25% são repassados
290 ao Conselho Federal de Psicologia. 9) Ana Paula Hachich questiona qual a
291 margem de decisão que o CRP SP possui em relação às anuidades, uma vez que
292 se trata de um tributo que já deve ter diretrizes estabelecidas. Questiona, ainda, se
293 podem optar por utilizar o dinheiro reservado para compra do imóvel ou se
294 precisam de aprovação em Assembleia. Ressalta o risco de uma vez utilizado o
295 dinheiro, não seja possível novamente acumular essa quantia. 10) Rodrigo Toledo
296 relata que há grandes parâmetros estabelecidos. Precisam pensar
297 estrategicamente sobre a questão. Estão dialogando sobre essa questão na
298 Diretoria, junto com Diógenes Pepe e a equipe sobre a necessidade de deixar de
299 se ter somente uma visão operacional, mas também estratégica diante desse
300 cenário. Sobre os valores destinados à compra de imóvel, relata que eles precisam
301 de aprovação em Assembleia, porém é possível o uso, uma vez que não há essa
302 divisão em contas bancárias. Porém, precisam garantir o cumprimento daquilo
303 aprovado em Assembleia. 11) Mônica Marques questiona se podem pensar em
304 alguma campanha para os inadimplentes, como aquelas que são realizadas para
305 regularização do pagamento de IPTU, por exemplo. 12) Tatiane Rosa sugere
306 divulgação das principais informações sobre as questões dos pagamentos, que
307 pode ser por meio de postagens simples nas redes sociais, reforçando a
308 importância da arrecadação de um tributo para uma autarquia pública, como no
309 caso do Conselho. 13) Andrea Licht, assessora de relações externas, entende a
310 necessidade de elucidar, mas é um momento muito sensível, uma vez que há um
311 movimento pela anistia das últimas parcelas. 14) Tatiane Rosa compreende que se
312 trata de um momento sensível, mas que não divulgação dessas questões pode ser
313 ainda pior. 15) Rodrigo Toledo informa que estão em diálogo com os órgãos da
314 justiça e que havia sido agendada reunião para 16 de março para tratar sobre a
315 retomada de uma campanha de conciliação para o CRP SP. 16) Beatriz Brambilla
316 pontua que pode ser necessária a contratação de uma assessoria analítica e
317 propositiva em relação ao cenário. Trata-se de um momento de crise econômica,
318 com ameaça a empregos de professores, menos pacientes nos consultórios, férias
319 compulsórias, planos de redução de salários. Diante desse cenário, tem-se

320 discutido sobre a cobrança relativa às anuidades do ano passado. São questões
321 contraditórias entre as defesas que fazem e aquilo que está previsto cumprirem. Há
322 obrigação em colocarem os inadimplentes na dívida ativa, bem como de fazer a
323 recobrança. Assim, precisam pensar em quais estratégias utilizarão. Precisam
324 também pensar de que forma utilizar o recurso destinado à compra do imóvel.
325 Considera importante que qualquer comunicação que envolva anuidades deve
326 trazer um texto explicativo e orientativo a respeito das atuações do CRP SP. 17)
327 Ana Hachich questiona se é possível repensar o valor de repasse das anuidades
328 ao CFP. 18) Rodrigo Toledo informa que estão discutindo a questão no grupo de
329 tesoureiros. Pontua ainda que o CRP SP é o maior Regional do país e está
330 fazendo essa discussão, portanto, para Regionais menores, essa questão tem
331 ainda mais importância. Há Regionais que a taxa de inadimplência supera 50%. 19)
332 Beatriz Borges Brambilla pondera que esse cenário trazido dialoga com questões
333 que estão trazendo no momento. Conversaram a respeito da possibilidade de
334 contratação da Flacso, para sistematização das ações que tem sido realizadas em
335 razão do plano de contingência para situações de emergências e desastres (Grupo
336 4) Há também a discussão sobre a contratação de Mary-Jane Spink para
337 sistematização sobre o que seria a atuação da categoria de psicólogas/os nas
338 situações de emergência e calamidade. Há a questões dos custos envolvidos na
339 realização de *lives* e também a possibilidade de contratação do “*Slam Marginália*”
340 para uma ação. Assim, questionam ao plenário, neste momento, o que pensam
341 sobre a realização um trabalho de análise, projeção de finanças e propostas por
342 uma pessoa que entenda desse campo, com apresentação de um plano adequado
343 de arrecadação. 20) Maria Rozineti Gonçalves questiona se internamente é
344 possível dar conta dessa análise, não precisando, assim, haver a contratação. 21)
345 Diógenes Pepe relata que, no momento, conseguem dar conta de apresentar
346 números brutos, sem análises estratégicas, limitados pela legislação pública. Com
347 o conjunto de relatórios que os sistemas fornecem atualmente, é que é possível de
348 realizar. 22) Rodrigo Toledo complementa, então, que estão discutindo na Diretoria
349 a questão, pois há um limite técnico, estrutural e administrativo que dificultam.
350 Pondera, ainda, que estão vivenciando um cenário impensado e que tem gerado
351 vários impactos. 23) Murilo Centrone ressalta que ao que parece, há uma

organização para retomada das atividades conforme era realizado anteriormente à pandemia. Na medida que outras contas não foram anistiadas, como água, luz e tributos, como IPTU, o que há é uma incerteza da arrecadação, mas uma tributação que foi gerada e, portanto, que deve ser paga. Assim, entende que o caminho é comunicar à categoria a impossibilidade de anistia, realizando a flexibilização possível e reforçar à categoria a importância do Conselho. Ou seja, dialogar com a categoria sobre o porquê não é possível a anistia. 24) Maria Rozinetti Gonçalves sugere que pensem em formas de diálogo com a categoria e de flexibilização das formas de pagamento das anuidades, para aqueles que não tiverem condições de pagar. 25) Beatriz Brambilla relata que no âmbito do Sistema Conselhos estão pensando se seguirão as recomendações do Estado brasileiro ou da Organização Mundial da Saúde (OMS), respeitando o isolamento e protegendo as vidas das pessoas. Trouxeram questões do orçamento para conhecimento de todas/os, que traz o cuidado e cautela necessários para o dispêndio de recursos para as diversas ações que realizam. Nesse sentido, também precisam pensar sobre a retomada ou não das ações previstas em Planejamento Estratégico. 26) Ana Paula Hachich questiona se a assessoria para lidar com as questões de orçamento e arrecadação teria caráter permanente ou provisório. 27) Lauren Mariana Mennocchi considera importante se cercarem de pessoas que consigam fazer gestão dessas questões de recursos, porém, considera que estão em um momento tão atípico que precisam pensar em qual limite colocariam de gasta para pagamento dessas assessorias. Embora considere importante, há outras questões que precisam pensar. Não se coloca de forma contrária ao pagamento dessas assessorias, mas é importante que se estabeleça um limite do quanto podem gastar para organização do planejamento das ações que precisam realizar. Precisam repensar a questão. Anteriormente, estavam tem um gasto com a Flacso para o Planejamento Estratégico, que era algo muito importante até dois meses atrás, e que hoje talvez não seja mais algo necessário ou viável. Também precisam pensar nas condições de trabalho da categoria, que estão muito precarizadas e que talvez não tenha condições de realizar o pagamento das anuidades. 28) Beatriz Borges Brambilla comenta que a Diretoria pensou em chegar, no máximo, a uma folha de pagamento no valor de R\$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais)

mensais. A ideia é investir recurso naquilo que é prioritário, especialmente pensando nas ações de COE e COF, que são as atividades fundamentais. Ainda não têm detalhado qual seria o período ou o escopo do trabalho. Tão logo tenham, apresentaram ao plenário. **7.1) Flacso** - Raizel Rechtman informa que fez um levantamento com as comissões gestoras para levantamento de como estão em relação à realização de ações políticas. Apenas a Metropolitana não chegou a realizar o Planejamento Estratégico; todas as demais já realizaram e já saíram com ideias de Núcleos também. Atualmente, cinco subsedes já têm Núcleos funcionando e todas as subsedes já estão com a intenção de retomar as atividades. A proposta da Diretoria é que a Flacso analise o Plano de cada uma das subsedes e o plano geral, dialogando com as Comissões Gestoras realizando as adaptações necessárias para este momento, pensando tanto na viabilidade financeira, quanto nas possibilidades de fazer as ações de forma virtual. Informa que Ligia Daher, assessora técnico-política, já dialogou com a Flacso sobre o assunto. Informa, ainda, que ela mesma dialogará com a Flacso no próximo dia 27 de abril. Beatriz Brambilla complementa que a ideia é que pensem de que forma não perdem aquilo que já foi construído, considerando o cenário orçamentário, as necessidades do momento e as possibilidades de execução de cada uma das subsedes. Assim, questiona se o plenário entende que devem retomar o Planejamento, considerando as possibilidades de orçamento e as demandas do momento ou se caminharão com o que for possível no momento, deixando o planejamento estratégico para um outro momento. Considerações do plenário: 1) Tatiane Rosa da Silva entende que devem seguir somente como o que é possível realizar no momento. Teme que tentem retomar e, por diversos motivos, não conseguirem realizar e tenham que retomar a discussões que já vinham realizando antes da pandemia, de que não vinham conseguindo realizar ações. 2) Maria Mercedes Guarnieri pontua que algumas ações do planejamento terão de manter e outras já estão realizando, como a discussão das condições de trabalho das psicólogas, as orientações ainda que por meio de *lives*. Defende que mantenham algumas questões de calendário, que estão no Planejamento, como luta antimanicomial e as questões relacionadas aos direitos da criança e do adolescente. No Grupo 5, do qual faz parte, estão discutindo várias propostas

relacionadas aos direitos humanos. 3) Lauren Mariana Mennocchi entende que se trata de uma situação muito atípica, que não podem voltar a pensar em coisas que estavam planejadas desconsiderando as condições concretas atuais. Assim, considera que não é o momento de retomarem as ações do Planejamento Estratégico, pois muitas questões urgentes tem sido apontadas neste momento. Retoma a questão de contratação de outras assessorias e a realização de atividades que talvez não sejam prioritárias neste momento. então, não considera que devam investir esse dinheiro neste momento em que as condições de vida das pessoas estão muito precárias. Fica com a sensação que manter a realização das atividades dessa forma vai ao encontro do que algumas autoridades têm proposto, de seguir o cotidiano como se a vida não tivesse mudado drasticamente. Gostaria que a plenária pudesse discutir a questão de contratação de assessorias (Flacso, Mary-Jane Spink, assessoria de direitos humanos), bem como a realização das ações que parecem estar programadas, para que pudessem pensar coletivamente.

4) Monica Marques pondera que fizeram um investimento expressivo com a Flacso para organizar as ações. Assim, entende que seria importante retomar. Estava previsto para abril a primeira oficina de monitoramento do Planejamento. 5) Ana Paula Hachich, com a apresentação feita por rodrigo Toledo sobre a questão financeiro, entende que devem refletir muito antes de assumirem qualquer gasto. Não sabem quanto será a arrecadação, nem quanto tempo levará para que ela volte à “normalidade”. 6) Maria da Glória Calado defende que mantenham a Flacso, com os ajustes necessários naquilo que já foi planejado. A Flacso pode ajudá-los a trabalhar com o contexto atual. Porém, também se preocupa com a questão financeira. Também considera importante a contratação de uma pessoa especialista em direitos humanos. Informa que CFP convidou para uma reunião com a Comissão Nacional de Direitos Humanos para tratar sobre esses tempos de pandemia. 7) Annie Louise Saboya Prado pontua que se cobra um plano de contingência do CRP SP, o que trouxe à proposta de contratação de Mary-Jane Spink. Considera que muitas ações estão sendo realizadas e algumas sendo tratadas em mais de um grupo. Assim, considera que o trabalho da Flacso seria importante para conseguirem sistematizar essas questões. Também, para adaptar ao contexto atual aquilo que já foi planejado. 8) Ligia Daher Gonçalves pontua que

a pandemia é uma das questões que precisam lidar. Precisam agir com transparência neste momento. chamar a Flacso seria para dar potência e sentido para aquilo que veem fazendo, possibilitando também a publicização. 9) Beatriz Brambilla pondera que, se não manterem a Flacso, precisará a gestão dar conta dessa organização e sistematização das ações que estão sendo e que serão realizadas. Relata, ainda, que o pagamento da Flacso se dá por produto entregue. Assim, caso a gestão não mais a demande, ela não mais receberá. 10) Raizel Rechtman comenta que solicitou para a Flacso a quantidade de horas necessárias para a realizar o trabalho nesse escopo que está sendo demandado agora e está aguardando eles enviarem. Após, enviarão a proposta para o plenário, para que possam deliberar pela contratação ou não desse trabalho. Assim, questiona-se se devem continuar com a elaboração de uma proposta ou se isso não é importante neste momento. 11) Luciane de Almeida Jabur considera difícil que consigam dar sequencia ao trabalho sem a contratação da Flacso e de assessoria para lidar com as questões financeiras e defende que esta plenária já delibere sobre o assunto.

Encaminhamento: O plenário aprova a revisão do Plano de Ação do Planejamento Estratégico do CRP SP, bem como, o monitoramento das ações. Assim, verificarão a proposta que será apresentada pela Flacso. Raizel Rechtman acompanhará essa articulação e comunicará o plenário. **VIII) INFORME SOBRE AS ÁREAS DE COTEP E COAFI** – Ligia Daher Gonçalves informa que fez um compilado das informações trazidas pelas áreas da Coordenação Técnico-Política referente às primeiras quatro semanas de teletrabalho. Relata que há uma diferença significativa para os dados das primeiras duas semanas para as seguintes. Muitas trabalhadoras tiveram dificuldades nas primeiras semanas de teletrabalho. Ainda, não se sabia como realizariam o teletrabalho. E, na quarta semana o cenário é que todas/os trabalhadoras/es que a natureza do trabalho permite desenvolver as atividades em teletrabalho, o estão fazendo. Para isso, foi preciso um esforço de todas/os, especialmente da equipe de TI, com a orientação da Direção que o CRP SP deveria possibilitar o teletrabalho com os equipamentos que o CRP dispunha. Algumas há algumas questões para acertar, sobre acesso à rede. Nos primeiros relatórios haviam muitas dúvidas em relação à atendimento administrativo e operacional, mas a criação dos grupos e plataforma on-line foi trazendo as

respostas que necessitavam para potencializar o retorno às dúvidas e aos novos procedimentos. Portanto, neste momento houve a oportunidade de construção de soluções que poderiam já ter sido construídas, mas que neste momento foi possível. Ainda há muitos desafios. Traz alguns dados numéricos deste primeiro mês: COF – 2240 orientações (e-mail, *Whatsapp* e telefone), 6507 análises do E-psi, 1325 e-mails internos elaborados; 1384 registros no sistema, 68 análises de inscrição de PJ's; Atendimento – 8300 atendimentos administrativos (e-mail, cancelamentos, deferimentos, etc.); Comunicação – 5 *lives* (com mais de 75 mil visualizações, criou hotsite, criou 3 campanhas e 48 publicações no Facebook. Destaca que em um único dia tiveram 78 mil visualizações, quando em meses anteriores a média era de 15 mil. COE - retomaram as plenárias éticas, revisaram protocolos e prestaram auxílio à COF; Secretaria – 350 e-mails, elaboração de 59 ofícios e acompanhamento de 26 reuniões; Jurídico elaborou 19 pareceres, respondeu 115 e-mails e 116 relativos à débito. Diógenes Pepe relata que a Coordenação Administrativo-financeira é composta por Contabilidade, Financeiro, Recursos Humanos/Gestão de Pessoas, Compras e Tecnologia da Informação. Não está com dados quantitativos para apresentar, mas indica que as três primeiras semanas foram de ajustes: máquina, internet, softwares. Essas áreas trabalham de forma integrada, descobriram novos processos de trabalho. As atividades dessas áreas estão normais, ou seja, cumprindo aquilo que realizam presencialmente. Agora estão verificando formas de diminuir os deslocamentos a banco feitos pelas subsedes. **IX) Ajuda de Custo** – Maria da Glória Calado relata que ontem, 24 de abril, retomaram a realização das Plenárias Éticas. Com isso, questiona como ficará a questão de agora em diante, uma vez que têm as demandas de seus trabalhos, cujas demandas aumentaram muito nesses tempos de pandemia, utilizando recursos próprios, como energia elétrica. E, agora, as atividades desempenhadas pelo CRP não estão sendo remuneradas. Assim, questiona como seguirão a realização das plenárias éticas, se serão feitos ajustes no calendário e se há possibilidade de remuneração. Considerações do plenário: 1) Beatriz Borges Brambilla relata que tiveram reunião de presidentas/es para tratar a questão. Todas/os estão trabalhando muito, ofertando muitas horas de trabalho ao CRP. Assim, estão propondo a manutenção do preenchimento de relatórios de

atividades, ainda que não gere pagamento, a fim de que possam comprovar todo o trabalho realizando, sem nenhum tipo de ajuda de custo ou reembolso. O Tribunal de Contas considera que, quando há deslocamentos e quando se alimentam fora de casa é o que justifica o reembolso. O que conseguem fazer de forma emergencial é reestabelecer o pagamento de jeton, que é pago por plenária participada, mas ele somente é pago a conselheiras/os. Indica que o jeton foi extinto no CRP SP há três anos, quando foi realizada uma discussão acerca de privilégios às pessoas que estão vinculadas à atividade pública. Na última reunião de presidentes, pediu que fosse reconsultado o TCU acerca da questão, considerando o cenário que estão vivendo. Podem questionar o jurídico sobre como ficaria a questão da possível retomada do jeton, se é possível fazer isso somente nesse tempo de pandemia. Trata-se de uma verba remuneratória e, por isso, incide impostos. Não é possível pagamento de ajuda de custo para custeio dos gastos de internet e telefone. 2) Rodrigo Toledo comenta que para cada plenária poderia ser feito o pagamento de até 15 jetons, referentes às/aos conselheiras/os efetivas/os. 3) Mônica Marques compreende as questões colocadas, mas preocupa-se por o jeton não contemplar Comissões Gestoras e colaboradoras/es. Ética e moralmente incomoda-se com essa questão. 4) Sarah Faria Abrão Teixeira questiona se podem colocar como pauta na próxima plenária a possibilidade ou não de ajuda de custo para ações realizadas a distância, considerando que será uma forma frequente de trabalho daqui pra frente. Entende importante a reorganização financeira em relação a como custearão as atividades que serão realizadas. aprofundar a discussão sobre o Jeton. 5) Beatriz Borges Brambilla relata que, neste momento, é impossível. O Acórdão do TCU é bastante explícito em relação ao que se destina a ajuda de custo. 6) Sarah Faria Abrão Teixeira sugere que o assunto seja pauta da próxima plenária. encaminhamento: O assunto será discutido oportunamente, com mais subsídios.

X) COMISSÃO DE ÉTICA – COE – 10.1) Plenárias Éticas – Luciana de Almeida Jabur relata que a decisão de retomar as Plenárias Éticas partiu de uma sugestão na última Plenária Ordinária. Assim, resolveram realizar as duas Plenárias Éticas ocorridas ontem, 24 de abril, para que pudessem avaliar a possibilidade de fazer. Porém, caso optem por dar continuidade na realização de Plenárias Éticas, essas

seguirão um formato diferente dessas realizadas, pois, para nas duas de ontem estavam com os processos em mãos. Em futuras Plenárias Éticas, não mais terão. caso deem continuidade, resolveram seguir a ordem da prescrição e processos mais simples, entendendo que talvez seja possível produzir encaminhamento. As/Os membras/os COE entendem que é possível que não consigam produzir o encaminhamento. Não há nenhuma questão jurídica ou administrativa em não darem encaminhamento para um processo e seguirem para outro. Não há óbice jurídico à realização das Plenárias Éticas on-line, porém, as de Julgamento não poderão fazer, porque implicaria em deslocamento das pessoas. Relata que o CFP suspendeu os prazos prescricionais, mas não suspendeu a tramitação. Decidiram manter a realização das Plenárias Éticas de acordo com o Calendário pré-estabelecido, assim, a próxima Plenária Ética será realizada em 08 de maio. Relata que precisarão verificar em que medida é possível seguir com os encaminhamentos do processo sem consultá-los, sendo que, normalmente, precisam realizar essa consulta. Enquanto gestores públicos, podem decidir por não encaminhar algum processo, trata-se de ato discricionário da função. Caso a decisão do plenário seja em dar seguimento à realização de Plenárias Éticas, a equipe técnica já tem um planejamento de como proceder em relação a isso: as atas seriam assinadas na volta ao presencial, bem como, já deixariam preparados os Ofícios. Ainda que o plenário decida por dar continuidade à realização de Plenárias Éticas, será feita uma avaliação mensal sobre isso, de acordo com o andamento da questão. Outra questão é se retomarão a proposta do mutirão, pois, no momento, há 100 processos para serem encaminhados. Considerações do plenário: 1) Beatriz Brambilla retoma que discutiram a questão recentemente em plenária. Quando questionam os relatórios dos pareceristas, imputam outros desdobramentos. Em sua concepção, seguindo o fluxo, deveriam acatar as propostas dos pareceristas, ou seguirão fazendo retrabalho. Questiona se isso vem sendo discutido na COE. 2) Lauren Mariana Mennocchi comenta que em reunião da Comissão Gestora pensaram na possibilidade de fazerem reuniões de COE. Já há 4 (quatro) processos distribuídos e pensaram que podem fazer as reuniões para discussão de parecer à distância. 3) Luciane de Almeida Jabur relata que algumas Subsedes solicitaram a retomada das reuniões COE para discussão de Pareceres.

576 Dialogou com a assistente de coordenação de COE, Luciana Mantovani, a
577 respeito do assunto para pensar na organização e administração técnica. Entende
578 que se decidirem fazer, todas as subsedes deverão fazer isso. Luciana Mantovani
579 solicitou um tempo de duas a três semanas, para que consigam organizar os
580 trabalhos atuais da COE, para que possam se ocupar do retorno das reuniões de
581 COE. Sobre a questão dos pareceristas, chegaram a discutir na COE a questão,
582 mas não desenvolveram qual a estratégia para, de fato, cuidar disso. Mas, seria
583 importante não somente avaliar as pareceristas, mas também pensar em um
584 processo de formação. 4) Ana Paula Hachich pondera que há um decurso de
585 tempo bastante grande entre a época que o parecer foi elaborado e a época que
586 será avaliado em plenária, estão com muitos represados. Embora trata-se do
587 mesmo grupo político ou de grupo político com visões semelhantes, há algumas
588 diferenças de posicionamentos entre as gestões. Sentia diferenças, inclusive entre
589 posicionamentos entre as subsedes. Outra questão é que as PATs estão com
590 muitas demandas. Nas subsedes, são elas que prestam apoio técnico para COE e
591 COF. Assim, teme que tenham que assumir mais essa demanda de assessoria
592 técnica para reuniões de COE. 5) Rodrigo Toledo tem a mesma preocupação que
593 Ana Hachich, em relação às PATs assumirem mais essa tarefa de apoio às
594 reuniões COE, pois estão com muitas demandas de orientação e ainda no
595 planejamento das fiscalizações on-line. Porém, compreende que as duas técnicas
596 da sede estão com demandas reduzidas de COE diante do atual cenário. Assim,
597 podem dividir o acompanhamento das reuniões de COE em todo o estado.
598 Recorda, ainda, que no caso de realização dessas reuniões, deve-se alertar às/aos
599 colaboradoras/es que não haverá ajuda de custo. Outra questão, é que não gere
600 hora extra, ou seja, que as atividades ocorram no horário de trabalho das PATs.
601 Considera que esse momento seria interessante para agilizar alguns processos
602 para que, quando retomarem os prazos processuais, possam já estar com uma
603 quantidade menor de demanda. Ainda, recorda que conforme discutido
604 anteriormente, estão com muitas demandas e sem a contratação das assessorias,
605 há ainda mais tarefas a serem executadas. Então, é preciso pensar de que forma
606 conseguirão conciliar mais essa atividade. 6) Sarah Faria Abrão Teixeira questiona
607 se é do entendimento de todas/os que, a partir de agora, executarão todas as

608 atividades de forma *on-line*. É preciso pensar em todas as atividades e verificar
609 quais serão mantidas e em que medida, se ocorrerão de forma menos ou mais
610 frequente. 7) Raizel Rechtman concorda com o exposto por Sarah Teixeira. A
611 discussão sobre a retomada do PE e a retomada das Plenárias Ordinárias e das
612 Éticas vão nessa linha. Assim, a sugestão da Flacso assessorar é no sentido de
613 verificar o que é possível. 8) Beatriz Borges Brambilla pontua, ainda, que há
614 expectativa da flexibilização das medidas de isolamento. No Sistema Conselhos,
615 estão discutindo seguir as orientações da OMS, mas trata-se de um assunto que o
616 plenário precisará se posicionar. 9) Luciana Jabur, sobre a sugestão de Rodrigo
617 Toledo de realizar reuniões de COE nas subsedes em horário de expediente de
618 trabalho, relata que a maioria das reuniões ocorrem em período noturno, então
619 teriam dificuldade. Ainda, reitera que há muitas questões importantes que sentem
620 falta quando analisam os pareceres. 10) Beatriz Borges Brambilla questiona se é
621 possível cada subsede avaliar, com base na disponibilidade das/os
622 colaboradoras/es de sua região, se retomarão as atividades, sabendo que elas não
623 gerarão ressarcimento de custos. 11) Luciane Jabur relata que quando havia
624 necessidade de trabalho em horário extraordinário, as/os trabalhadoras/es que
625 acompanhariam a atividade também chegavam mais tarde, para não ficarem um
626 período tão longo trabalhando. Assim, podem avaliar isso para essa proposta de
627 retomada de reuniões COE nas subsedes, mas sabe que essa prática ocorre em
628 todas as subsedes. Relata, ainda, a que a proposta da COE de retomada das
629 Plenárias Éticas prevê a realização de duas Plenárias Éticas por mês. 13) Beatriz
630 Brambilla questiona se o plenário se compromete com a realização de duas
631 plenárias éticas simultâneas por mês, considerando que já há duas Plenárias
632 Ordinárias por mês, reuniões dos grupos da plenária, reuniões de COE, reuniões
633 de COF e reuniões das Comissões Gestoras. **Encaminhamento: 1)** A COE deverá
634 avaliar com cada subsede a possibilidade de retomada as reuniões COE nas
635 regiões, para apreciação de pareceres. Deve-se levar em conta, também, a
636 possibilidade de flexibilização dos horários de trabalho das PATs, a fim de poderem
637 acompanhar as reuniões COE nas regiões quando em período diverso do
638 expediente. O assunto será retomado na próxima Plenária Ordinária, a partir dessa
639 consulta. 2) Mantem-se as duas Plenárias Éticas de 08 de maio, caso confirme-se

640 o quórum mínimo. Incube-se a COE de consultar as/os conselheiras/os sobre o
641 quórum. **XI) INFORMES – 11.1) Eixos** - Considerando o horário, a discussões
642 referente aos trabalhos dos grupos constituídos na última plenária será retomada
643 na próxima quinta-feira, na reunião da diretoria com o plenário. **11.2) Plataforma**
644 **Zoom** - Sarah Faria Abrão Teixeira questiona de que modo se deu a contratação
645 da plataforma Zoom, para realização de reuniões virtuais, questiona a quem devem
646 informar sobre a realização das reuniões de Comissões Gestoras e outras. Raizel
647 Rechtman relata que a área de Secretaria está conhecendo as funcionalidades do
648 Zoom e, na próxima semana será encaminhado e-mail com as orientações, com
649 manual. Por enquanto, enviem os pedidos de reuniões para os e-mails da Asseg,
650 Sandra Ribeiro, e da supervisora da Secretaria, Jessica Morgana. Sobre a
651 contratação do Zoom foi baseada em um parecer do coordenador de TI, Alexandre
652 Morgado. Ele participou de um Seminário sobre a segurança dessa plataforma,
653 tendo em vista as notícias de vazamento de informações. Relata, ainda, que ele
654 compõe o GT nacional de TI e que estão nesse grupo construindo uma nota sobre
655 quais plataformas são seguras, também para as/os psicólogas/os utilizarem.
656 Definiram o Zoom tendo em vista custo benefício e as funcionalidades.
657 Inicialmente, foram adquiridas 4 licenças, o que permite a realização de até 4
658 (quatro) reuniões simultâneas, o que poderá ser revisto de acordo com a avaliação
659 sobre o uso. Caso não haja disponibilidade de salas de reuniões no Zoom em
660 determinado horário, pode-se utilizar outras plataformas, mas pede-se que a
661 Secretaria seja avisada, para centralização da agenda do CRP SP. Nada mais
662 havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta Beatriz Borges Brambilla deu
663 por encerrada a sessão às 13 horas e 45 minutos, da qual eu, Conselheira
664 Secretária, Raizel Rechtman, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será
665 assinada. São Paulo, 24 de abril de 2020.

Ana Paula Hachich de Souza

Annie Louise Saboya Prado

Beatriz Borges Brambilla

Clarissa Moreira Pereira

Edgar Rodrigues

Eduardo de Menezes Pedroso

Emanoela Priscila Toledo Arruda

Ione Aparecida Xavier

Ivani Francisco de Oliveira

Jumara Sílvia Van De Velde

Lauren Mariana Mennocchi

Lilian Suzuki

Luciane de Almeida Jabur

Maria da Glória Calado

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
Bicudo Guarnieri

Maria Rozineti Gonçalves

Mônica Cintrão França Ribeiro

Monica Marques dos Santos

Murilo Centrone Ferreira

Raizel Rechtman

Rita de Cássia Oliveira Assunção

Rodrigo Toledo

Sarah Faria Abrão Teixeira

Talita Fabiano de Carvalho

Tatiane Rosa da Silva